

Nova lista põe Congresso sob tensão

Foi um dia de medo, muito medo, no Congresso. Antes das 10h, o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), convocou a seu gabinete o relator Roberto Magalhães (PFL-PE), para dizer que o coordenador da Subcomissão de Evolução Patrimonial, senador José Paulo Bisol (PSB-RS), tinha em mãos um documento obtido na Construtora Norberto Odebrecht que poderia mudar os rumos das investigações.



Magalhães saiu do encontro procurando disfarçar o que estava ocorrendo, enquanto Passarinho aproveitava para escapulir. A quem indagou para onde ia, disse que pretendia almoçar. Rumou para a casa do senador Bisol, que estava reunido com os deputados Aloízio Mercadante (PT-SP) e Sigmarinha Seixas (PSDB-DF). Passarinho, que havia tido um desentendimento com Bisol, a quem costuma dizer que respeita muito pelo trabalho que desenvolve, mas o acha muito emocional, voltou ao Congresso com outro tipo de pensamento. "A situação é grave, temos que ter cuidado", recomendou.

Passarinho confirmou que, pelo relato de Bisol, dezenas de parlamentares estavam implicados com as empreiteiras. Alguns, de forma total; outros, com recebimento de mensalidades e outros, de brindes durante a campanha eleitoral. O deputado João Almeida (PMDB-BA) andava de colega em colega fazendo um apelo para que todos fossem a Passarinho pedir a rápida divulgação do documento da Odebrecht, para que os inocentes soubessem que não constavam de lista nenhuma.

CARLOS MOURA



Passarinho, cercado por parlamentares, na sessão agitada da CPI: "A situação é grave, temos que ter cuidado"

Às 15h, Bisol e o líder do Governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS) foram ao Palácio do Planalto, em meio a muitos rumores de que até o presidente Itamar Franco estaria na lista da empreiteira. Bisol disse que foi apenas informar ao Presidente a gravidade das apurações feitas nos documentos apreendidos. Itamar teria ouvido tudo atentamente e respondido com a seguinte frase: "Não vou interferir nem promover a fujimorização".

"O clima é de guerra", afirmou o deputado Sigmarinha Seixas (PSDB-DF) que pretendia ouvir ontem, no início da tarde, o diretor da empreiteira Servaz em Brasília, Luiz Arruda. O deputado foi adiado. Os comentários sobre os nomes que constariam dos documentos apreendidos pela Polícia Federal em poder da construtora Norberto Odebrecht e que estariam incluídos no relatório do senador Bisol começaram a aumentar o clima de paranoia.

Desafio — "Eu ofereço CR\$ 1 milhão para cada CR\$ 1,00 que tenha recebido da Odebrecht; e CR\$ 1 milhão para cada CR\$ 1,00 que tenha pedido à mesma empresa", afirmou o re-

lator da CPI, Roberto Magalhães.

O deputado Fernando Diniz (PMDB-MG), que foi sub-relator do Orçamento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) em 1992, afirmou que nunca tinha visto o Congresso passando por um clima tão ruim. "A gente olha para o rosto dos colegas e parece que viram um fantasma", afirmou Diniz. Para evitar qualquer problema, o deputado ficou o tempo todo nas proximidades da sala onde funciona a CPI. Afinal, foi relator de um dos setores mais suspeitos do Orçamento.

O senador José Paulo Bisol, que levantou o material da Odebrecht, não procurava diminuir nem um pouco o clima de paranoia. Alardeou que estava de posse da "descoberta mais importante da história do Brasil" e que corria-se até o risco de um golpe de Estado. Isto porque, segundo ele, as empreiteiras estão enraizadas em postos-chaves da administração direta e indireta. Mais tarde, surgiram rumores de que os ministros militares teriam realizado uma reunião com objetivo de dar sustentação política ao Presidente.

O deputado Miguel Arraes (PSB-PE) mandou ofício ao senador Jarbas Passarinho para saber se as informações que havia obtido, de que tinha recebido cerca de 30 mil dólares da Odebrecht, eram verdadeiras. O deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) preferiu partir para o contra-ataque. Dirigiu-se ao corredor da CPI e passou a responder a perguntas de quem se interessasse. Comentava-se, entre todos, a informação de que Aleluia era citado no documento da Odebrecht como coordenador do setor elétrico.

Nota — No Rio, a construtora Norberto Odebrecht divulgou ontem nota oficial em repúdio às acusações de corrupção e classificou como normal o acompanhamento do Orçamento da União por seus funcionários. No documento, a empresa justifica seu procedimento alegando que estava se salvaguardando da União, que nem sempre honra os seus compromissos. A empresa qualificou ainda de "covardia" a divulgação de documentos, por um senador da República, sem a devida explicação dos seus autores.